



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### SUMÁRIO

	Págs.
Relatório de Visita de trabalho da 5.ª Comissão Especializada Permanente (CEP) da Assembleia Nacional à Região Autónoma do Príncipe, de 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2020.....	113

### **Relatório de Visita de trabalho da 5.ª Comissão Especializada Permanente (CEP) da Assembleia Nacional à Região Autónoma do Príncipe, de 28 de Setembro a 2 de Outubro de 2020**

Na sequência das visitas e encontros de auscultação e levantamento efectuados nos Distritos e com diversos responsáveis nacionais, um grupo de Deputados da 5.ª CEP deslocou-se à Região Autónoma do Príncipe (RAP), entre os dias 28 de Setembro e 2 de Outubro de 2020, com o objectivo de colher informações pertinentes sobre todas as áreas de competência da referida Comissão e, junto dos responsáveis regionais, subsídios para a elaboração do projecto de lei do Álcool.

A delegação foi chefiada pela Sra. Presidente Filomena Monteiro, tendo integrado, igualmente, os Deputados Celmira Sacramento (Vice-Presidente), Ayza Fortes da Silva, (Secretária), Domingos Boa Morte, Adelino José da Costa, Arlindo Carvalho, Carlos Pinheiro (que se juntou à delegação em Santo António), e a Técnica de Apoio Linety Paquete Mendes.

A visita obedeceu à seguinte programação:

Dia 28/09/2020, Segunda-feira

- 09h00 – Partida de São Tomé
- 09h40 – Chegada da delegação;
- 10h30 – Instalação;
- 11h30 – Encontro de cortesia com Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional;
- 12h00 – Visita às instalações da Assembleia Legislativa Regional;
- 15h30 – Encontro de cortesia com Sua Excelência o Presidente do Governo Regional.

Dia 29/09/2020, Terça-feira

- 09h00 – Encontro de trabalho com a 1.ª Comissão da Assembleia Legislativa Regional;
- 10h30 – Encontro de trabalho com o Secretário Regional para os Assuntos Sociais;
- 11h30 – Visita ao Centro do Dia das Freiras da Sagrada Família e do Lar de Idosas «Casa da Betânia»
- 14h00 – Encontro de trabalho com as delegações do INPG, Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica e do Instituto da Droga e da Toxicodependência;
- 15h30 – Visita de trabalho às instalações do Comando Regional da Polícia Nacional.

Dia 30/09/2020, Quarta-feira

- 09h00 – Encontro com os representantes das Associações Juvenis, no Centro Cultural Príncipe;
- 11h00 – Visita a uma infra-estrutura desportiva.

Dia 01/10/2020, Quinta-feira

- 09h00 – Visita de trabalho ao Centro Hospitalar Manuel Quaresma Dias da Graça;
- 10h30 – Visita de trabalho às instalações das delegações regionais da Rádio Nacional (RNSTP) e da Televisão Nacional (TVS);
- 15h00 – Encontro balanço com o Presidente do Governo Regional;
- 15h30 – Encontro balanço com o Presidente da Assembleia Regional.

Dia 02/10/2020, Sexta-Feira

Regresso da Delegação

Conforme o programado, às 11 horas e 30 minutos do dia 28 de Setembro, a delegação foi recebida por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Regional, João Paulo Cassandra, que se fez acompanhar por dois deputados da UMPP (União para a Mudança e Progresso do Príncipe), respectivamente, Isidoro Rosa Monte e Elias dos Prazeres, tendo este último acompanhado todas as actividades da delegação.

Após ter sido dado a conhecer o programa de trabalhos ao Presidente da Assembleia Regional, a Presidente da Comissão usou da palavra para elencar as competências da 5.ª CEP e explicar os objectivos da visita. Por sua vez, o Presidente da Assembleia Regional manifestou a sua satisfação por receber a delegação de Deputados nacionais e exprimiu a sua identificação com os objectivos da visita, sobretudo no tocante à iniciativa de elaboração de um projecto de lei para regulamentar o consumo de bebidas alcoólicas. Disse tratar-se de uma questão de política nacional, uma vez que os efeitos do consumo exagerado do álcool são bem visíveis na sociedade são-tomense, e defendeu a necessidade de se reforçar a implementação da lei n.º 3/17 – que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores, uma vez que o seu cumprimento não se faz sentir em todo o País. Ao terminar, desejou uma boa estada e bom trabalho à Comissão.

Ao encontro seguiu-se uma visita guiada pelas instalações que albergam a Assembleia Regional, começando pela sala para a realização de reuniões plenárias e terminando na sala de reuniões das comissões, com a qual se encerrou a visita. Destaque-se ter a delegação sido informada pelo Presidente da Assembleia

Regional sobre a inoperância dos equipamentos informáticos instalados na sala das sessões plenárias, bem como do sistema de contagem de tempo.

Na esteira do programado, às 15 horas e 30 minutos, a delegação reuniu-se com o Presidente do Governo Regional, Filipe Nascimento, no Palácio do Governo Regional, também para uma sessão de apresentação de cumprimentos. Acompanhado do seu director de gabinete, Aldo Cruz, o Presidente do Governo Regional saudou os elementos da delegação, manifestou a sua satisfação pela presença dos deputados nacionais na Região e sugeriu que essas visitas fossem mais frequentes e se estendessem a outras comissões especializadas da Assembleia Nacional. Ao tomar a palavra, a Presidente da 5.<sup>a</sup> CEP agradeceu a recepção tributada à sua delegação, procedeu à apresentação dos elementos que compõem a sua equipa, traçou as competências da Comissão que chefia, bem como os objectivos da visita à Região Autónoma do Príncipe. Antes de abordar especificamente a visita, o Presidente do Governo Regional abriu parêntesis para felicitar o Deputado Arlindo Carvalho, por aquilo que descreveu como «exemplar trabalho» desempenhado pelo mesmo, enquanto Presidente do Partido PCD. Filipe Nascimento manifestou ainda alguma tristeza por não ter tido a oportunidade de se reunir com todos os partidos políticos aquando da sua última visita à capital do País, tendo prometido fazê-lo numa próxima ocasião.

No decorrer da conversa, as partes fizeram uma longa análise dos efeitos negativos do consumo exagerado de álcool para a sociedade, do ponto de vista financeiro, económico e social. O Presidente do Governo Regional reconheceu a importância da missão, solidarizou-se com a iniciativa de elaboração de uma lei de álcool, mas acrescentou a necessidade de se assegurar a fiscalização da mesma, sublinhando que a Comissão, para além de legislar, deve criar mecanismos de fiscalização, e que uma boa legislação tem que ser partilhada, ou seja, tem que haver consulta pública. Disse ainda que ao nível da Região, os efeitos se têm traduzido no aumento dos casos de violência doméstica e de abuso sexual de menores, mas que se torna difícil penalizar os infractores, quando a região não dispõe de um estabelecimento prisional, de um juiz residente e de um representante do Ministério Público.

A Presidente da Comissão partilhou o ponto de vista de que são necessárias consultas públicas, esclarecendo que todas as actividades presentemente desenvolvidas pela Comissão, incluindo a deslocação à Região Autónoma do Príncipe, se inserem nesse âmbito. Informou sobre as actividades já realizadas e as programadas, nomeadamente auscultações aos Ministros do Trabalho e da Juventude e Desporto, e deslocações às comunidades. A Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão fez ainda questão de deixar claro que a projectada lei não terá por finalidade proibir o consumo, mas sim regulamentar a produção, a venda e a ética do consumo, de forma a ajudar o País a pôr cobro aos males sociais resultantes do consumo desregrado e exagerado de bebidas alcoólicas.

Ao voltar a fazer uso da palavra, o Presidente do Governo Regional destacou a necessidade de o Governo Central subvencionar alguns produtos, uma vez que a Região paga os custos da dupla insularidade, e que o valor da cesta básica é muito elevado, condicionando a vida de muitas famílias.

Explicou o papel e a importância de autonomia na busca de apoios à Região, como forma de facilitar a vida da população, solicitando a colaboração da Comissão, no sentido de ajudá-lo a levar essa mensagem a outras instâncias. Por último, sugeriu que a Comissão fosse visitar comunidades mais longínquas da ilha, como a de Sundy, por exemplo, após o que desejou uma boa estada e um bom trabalho a toda a delegação.

E quando eram 17 horas e 30 minutos concluiu-se o primeiro dia de trabalho, conforme o programa.

## **29 de Setembro, Terça-feira, segundo dia**

Dando sequência ao programa, no segundo dia da visita, a delegação reuniu-se por volta das 9 horas 30 minutos, na sede da Assembleia Regional, com a 1.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Regional (Comissão de Assuntos Sociais, Família e Género), para uma sessão de trabalho. Chefiada pela sua Presidente, Sra. Alda Silva, integrou também os Deputados Isidoro Rosa Monte e Elias dos Prazeres, todos da UMPP. O encontro teve início com agradecimentos da Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão, a qual enunciou as competências e atribuições da mesma, informou sobre os objectivos da visita à RAP e, especificamente, do encontro de trabalho solicitado à 1.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Regional. Seguidamente, passou a palavra aos restantes membros da delegação, para que se apresentassem. O encontro prosseguiu com interpelações sobre casos de furto, abuso sexual de menores, violência doméstica e a pertinência da elaboração de uma lei destinada a regulamentar o consumo do álcool no País. Em resposta, a Presidente da 1.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Regional referiu que não são muitos os casos de furto na Região, mas que os casos de abuso sexual e de violência doméstica têm vindo a aumentar, tendo chamado a atenção para a ausência de um juiz e a inexistência de um estabelecimento prisional na Região.

A Deputada Ayza Silva e o Deputado Elias Prazeres concordaram sobre a necessidade de se agravar as penas para o crime de abuso sexual de menores, com a eventual castração dos infractores.

Todos apoiaram a iniciativa de elaboração de uma lei do álcool, como uma resposta aos impactos negativos que o consumo excessivo tem vindo a ter sobre a família e sobre a sociedade.

O Deputado Carlos Pinheiro foi de opinião de que as bebidas alcoólicas que têm causado mais problemas são as produzidas localmente, pelo que se deve estimular a importação de bebidas sem álcool, aumentar a taxa sobre bebidas com maior teor alcoólico e regulamentar a produção local. Com relação a casos de furto, o

mesmo fez notar que, até à presente data, a Região não recebeu nenhum subsídio do Governo Central de apoio às empresas, para minorar os efeitos da Covid-19, tendo relacionado este facto com o aumento de casos de furto. Carlos Pinheiro alertou para que se aborde a questão quando o Ministro do Trabalho for, proximamente, auscultado pela 5.<sup>a</sup> Comissão. Acrescentou ainda que há todo um conjunto de problemas sociais que devem ser resolvidos para que as pessoas não se refugiem no álcool como solução, e disse que é necessário promover outras formas de entretenimento e de diversões para preencher tempos livres. Defendeu, igualmente, que se legisle no sentido de os sectores públicos e privados oferecerem mais programas sociais aos seus colaboradores. Afirmou, finalmente, que as igrejas evangélicas têm dado um grande contributo na luta contra o alcoolismo.

Para a Deputada Celmira Sacramento, a lei deve impedir que as pessoas tenham acesso facilitado a bebidas alcoólicas, enquanto o Deputado Adelino José da Costa entende que o Governo tem que trazer as empresas que se encontram na informalidade para a formalidade.

Por seu turno e ainda sobre a questão do consumo excessivo do álcool, o deputado regional Isidoro Rosa Monte disse que, antes de se agir sobre os produtos importados, é preciso agir, primeiro, em relação à produção local. Quanto a um projecto de lei do álcool, Isidoro Rosa Monte pronunciou-se a favor de uma ampla auscultação da sociedade.

Por último, o Deputado Arlindo Carvalho lançou a proposta de atribuição de um custo de saúde aos consumidores, argumentando que a importação de bebidas alcoólicas enriquece os países exportadores e nos torna pobres.

Em forma de conclusão, a Deputada Alda Silva frisou que essas iniciativas são sempre gratificantes e sugeriu que fossem mais frequentes.

O ponto seguinte da agenda de trabalhos foi o encontro com o Secretário Regional para os Assuntos Sociais, Eugénio Neto, na companhia do deputado Elias Prazeres, quando eram 10 horas e 28 minutos.

Após a saudação, agradecimentos, explicação das atribuições e competências da 5.<sup>a</sup> CEP pela Presidente e apresentação dos restantes membros da delegação pelos próprios, coube à Presidente fazer o relato do périplo aos distritos e das situações constatadas, bem como apresentar o objectivo central da visita à RAP, que foi colher a sensibilidade dos órgãos institucionais e da sociedade civil regionais sobre a elaboração do projecto de lei sobre o álcool e conhecer o quadro da violência doméstica e do abuso sexual de menores.

Em resposta, o Secretário Eugénio Neto classificou as questões apontadas pela Presidente Filomena Monteiro como sendo problemas que afectam toda a sociedade, pelo que agradeceu e felicitou a Comissão. Acrescentou ainda que na Região Autónoma do Príncipe a situação é mais preocupante dada a inexistência de um Tribunal e de um Magistrado do Ministério Público. Disse o Secretário que, para fazer face a essa fragilidade, foi criada uma equipa multisectorial para percorrer as comunidades com maior incidência de casos de violência doméstica e de abuso sexual de menores, de forma a sensibilizar as famílias. Acrescentou ainda que foi realizado um fórum a nível da juventude na Sundry, onde foram debatidas todas as questões relacionadas com o álcool e outras drogas.

A situação de evacuação dos doentes e a falta de um carro de bombeiros foi outro assunto abordado pelo Secretário Regional.

Relativamente à lei em preparação, o mesmo foi de opinião de que a falta de ocupação da camada juvenil é um dos motivos que leva os jovens a consumirem álcool e drogas ilícitas. Para esse responsável, os mecanismos de controlo da produção local, do controlo da qualidade e o reforço da carga fiscal são aspectos que devem figurar na lei.

Respondendo à preocupação acerca da evacuação dos doentes, o Deputado Arlindo Carvalho sugeriu ao Secretário Regional para os Assuntos Sociais que fosse aos arquivos procurar o projecto de Estratégias de Saúde e Família elaborado para a RAP e para o qual apenas faltava financiamento. O Secretário agradeceu, prometendo procurar pelo supracitado projecto e concluiu, encorajando a Comissão pela iniciativa.

Quando eram 11 horas e 15 minutos, a delegação partiu com destino ao lar de idosas «Casa da Betânia», gerida pela irmã Eufrosina, onde se fez entrega de uma quantia em dinheiro, resultante do contributo voluntário de todos os membros da delegação. Constatou-se que o lar enfrenta sérias dificuldades, mormente de género alimentício e sobrevive graças ao apoio da congregação, de familiares da responsável residentes em Portugal, e de pessoas de boa vontade. Alguns idosos estão albergados no lar e outros são itinerantes, fazendo apenas refeições.

A visita terminou quando eram 12 horas, tendo-se seguido uma pausa para o almoço. Às 14 horas as actividades prosseguiram com um encontro conjunto de trabalho com a delegação do Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade do Género (INPG, o Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica e o Instituto da Droga e da Toxicodependência, não tendo esta última instituição estado representada no encontro, por razões de saúde da sua responsável. A Chefe dos Serviços do Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica, Marina Loureiro, começou por explicar que além da assistência específica contra a violência doméstica, o centro também presta assistência social às famílias. Informou que a média mensal de casos registados de violência ronda os 3, 4, acrescentando que os números do Comando Regional da Polícia poderiam ser mais altos e que quem mais procura pelos serviços são mulheres. Não dispõe de dados estatísticos, mas existe um relatório anual que é elaborado conjuntamente com o Comando Regional da

Polícia. Apontou o consumo exagerado do álcool como uma das causas, falou das lacunas na lei e criticou o facto de não haver um nível recomendado de consumo. Sobre o quadro das drogas e da toxicodependência, disse não possuir muitos dados, uma vez que a questão está sob a alçada de outra responsável. Relativamente a um projecto de lei de álcool, mostrou-se feliz com a iniciativa que visa regulamentar o consumo do álcool no País.

De seguida, a delegação partiu para uma visita e encontro de trabalho ao Comando Regional da Polícia Nacional, onde foi recebida pelo Comissário Adelino Bonfim. Cumpridas as formalidades iniciais, a Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão informou sobre as visitas efectuadas a todos os distritos do País e as situações constatadas, como o aumento dos casos de violência doméstica e de abuso sexual de menores. Com relação a estes crimes, questionou o que tem sido feito pela Polícia Nacional na Região e inquiriu sobre a pertinência da elaboração de uma lei regulamentadora do consumo do álcool e questões afins, após o que abriu espaço para os restantes membros da delegação se apresentarem.

Ao fazer uso da palavra, o Comissário informou que não se têm registado muitos casos de ofensas corporais. Sobre a violência doméstica, pontuou que se registaram 19 casos entre Janeiro e Setembro do corrente ano e 13 casos de abuso sexual no mesmo período. A delegação foi informada de que os casos identificados têm sido encaminhados para o Ministério Público, mas que não se conhecem os seus desfechos. Também o Comissário Adelino Bonfim denunciou as consequências nefastas, para o combate à criminalidade, da inexistência de um estabelecimento prisional e de um juiz residente na Região, que conta, apenas, com a presença de um escrivão.

Descrevendo o estado do Comando Regional, informou que este se encontra muito mal, com apenas 11 efectivos, com falta de materiais de trabalho, inundações nas celas quando chove, impressora avariada há mais de 2 anos, insuficiente verba para alimentação, obrigando-os a se abastecerem a crédito numa casa comercial. Constatadas as reclamações, a Comissão prometeu auscultar os responsáveis de tutela, no sentido de se buscar formas de minimizar a situação. O Comissário fez ainda saber à delegação que havia sido dado um espaço para construção do novo comando, que já se tinha preparado a cerimónia de lançamento da primeira pedra, mas que o Ministro da Defesa e Ordem Interna mandou suspender tudo, por se tratar de um local distante do centro da cidade.

O Comissário mostrou-se sensível em relação à elaboração de uma lei do álcool, tendo manifestado a opinião de que se deveria deter todos os que infringem as normas, devido ao consumo excessivo do álcool.

E quando eram 15 horas e 40 minutos, concluiu-se o segundo dia de trabalhos.

### **30 de Setembro, Quarta-feira, terceiro dia.**

No terceiro dia, os trabalhos tiveram o seu início quando eram 9 horas e 20 minutos, num encontro com os representantes das associações juvenis, no Centro Cultural. Estiveram presentes o delegado regional da Juventude e Desporto, Vladimir Viegas, e 20 representantes de associações juvenis, designadamente, da União para a Mudança e Progresso do Príncipe (UMPP), do Movimento dos Verdes para o Desenvolvimento do Príncipe (MVDP), do Movimento dos Escuteiros e da sociedade civil. Ausentes estiveram os representantes do Partido MLSTP/PSD e da Coligação PCD/MDFM/UDD.

A Presidente da Comissão começou por manifestar o seu reconhecimento pelo empenho dos presentes, dado que se tratava de um dia feriado, definiu a composição e atribuições da 5.<sup>a</sup> Comissão e explicou que o objectivo do encontro era ouvir cada um dos presentes, especialmente os seus contributos para a elaboração de um projecto de lei do álcool. Fez ainda um resumo das actividades já realizadas e a realizar, tendo, de seguida, passado a palavra aos restantes membros da delegação para se apresentarem. Abriu-se, depois, um espaço para debates e troca de ideias, durante o qual os jovens se congratularam com a presença da delegação e com os objectivos do encontro. Todos se mostraram conscientes dos efeitos negativos do consumo excessivo do álcool para a saúde da sociedade, particularmente das camadas juvenis, e apoiaram a iniciativa de elaboração de uma lei regulamentadora do consumo. Alguns defenderam a necessidade de se criar condições para que os produtos locais sejam produzidos com uma certa qualidade. Outros apontaram como causas do excesso de consumo por parte dos jovens a falta de ocupação, de oportunidades, a péssima conduta transmitida pelos mais velhos e as más políticas implementadas pelos dirigentes para, a seguir, defenderem como respostas o desenvolvimento de certas modalidades desportivas, maior intercâmbio entre os jovens, a diversificação dos espaços de lazer, legislação sobre o consumo de tabaco e drogas ilícitas, bem como a realização mais frequente de encontros de intercâmbio entre os jovens para a discussão de questões pertinentes que enfermam o País. Sugeriram igualmente que os deputados regionais fizessem o mesmo exercício.

O Deputado Arlindo falou das consequências do consumo do álcool para a saúde humana no mundo e no País, do alto custo de tratamento, dos encargos para a saúde e da importância da regulamentação.

A Deputada Celmira Sacramento pediu uma salva de palmas pela riqueza das intervenções, após o que partilhou com a plateia um pouco da sua história de vida, como forma de encorajar os jovens presentes a não aguardarem passivamente pelas coisas, a serem ambiciosos, mas não gananciosos.

A Deputada Ayza Silva ressaltou a qualidade dos estudantes da Região e aconselhou os jovens a seguirem os seus sonhos, não enveredando pelo caminho do álcool. Igual posição foi expressa pelo Deputado Adelino

José da Costa e pelo deputado regional Elias Prazeres, que exortaram a juventude a procurar meios legais de luta e a não dependerem exclusivamente da ajuda do Governo. O Deputado Carlos Pinheiro falou da necessidade de haver medidas coercivas com relação à venda de bebidas alcoólicas aos menores, enquanto o Deputado Domingos Boa Morte lançou um apelo aos representantes presentes para que levassem as mensagens do encontro aos jovens ausentes.

A Presidente Filomena Monteiro tomou a palavra para reiterar os seus agradecimentos aos presentes e prometeu levar todas as preocupações levantadas, nomeadamente com relação ao funcionamento do curso nocturno na Região, aos próximos encontros de auscultação aos Ministros do Trabalho e da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

O delegado do Ministério da Juventude e Desporto congratulou-se com todas as contribuições e disse ter ficado muito emocionado com o depoimento da Deputada Celmira Sacramento, que lhe fez lembrar um pouco da sua própria história de vida. Aos jovens presentes, deixou algumas palavras de encorajamento: que a juventude deve sonhar e acreditar em si e não enveredar por caminhos errados só por influência dos outros; que o álcool e outras drogas são caminhos perversos e não são a solução; que a juventude tem que se mover para chamar a devida atenção dos governantes. Concluiu agradecendo a 5.<sup>a</sup> Comissão pela iniciativa e pedindo a esta que seja advogada da causa dos jovens.

O encontro terminou quando eram 11 horas e 23 minutos, com uma foto de família, tendo-se realizado, a seguir, uma visita (guiada pelo delegado) às instalações da Delegação Regional da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, ao pólo desportivo e ao Estádio 13 de Junho. A visita terminou às 13 horas.

No segundo período, uma visita ao complexo turístico Ilhéu Bombom, programada pela Assembleia Regional, acabou por não se realizar devido a uma falha de comunicação. Como alternativa, a delegação visitou o Miradouro de Belo Monte. Ainda na mesma tarde, recebeu-se um convite do Presidente do Governo Regional para se visitar a comunidade Nova Estrela, seu lugar de nascimento. Aí, foi promovido um encontro interactivo com elementos da comunidade, ao longo do qual se falou de problemas sociais como o consumo excessivo do álcool e a violência doméstica. Os relatos ouvidos demonstraram que o consumo excessivo do álcool é uma das maiores causas da violência no seio familiar, e que a dependência económica é um dos factores que faz com que a maioria das vítimas não denuncie os infractores. Todos se mostraram favoráveis à elaboração de uma lei sobre o álcool. O encontro terminou quando eram 18 horas.

### **1 de Outubro, Quinta-feira, quarto dia**

Tendo sido aprovada uma proposta de alteração ao programa, no sentido de que todas as actividades fossem realizadas no primeiro período do dia e o segundo período ficasse livre para repouso, deu-se início às actividades por volta das 9 horas, com a visita de trabalho ao Hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça, onde a delegação foi recebida pelo Delegado Regional de Saúde, Dr. Sylvio Vera Cruz, pela Enfermeira-Chefe, Paula, e pelo Administrador, Giffrey Simões. Feita uma breve descrição do hospital e das suas actividades, teve lugar uma visita guiada às instalações, começando pela sala de emergência e passando pela maternidade, o laboratório, o centro de estatística e epidemiologia e raio X, com perguntas e respostas e troca de impressões com médicos e enfermeiros.

A delegação teve a oportunidade de visitar o projectado bloco operatório, cujas obras estão em curso há 15 anos. Esta foi uma das principais preocupações expressas pelo delegado regional, uma vez que a Região já dispõe de um técnico-cirurgião e outros minimamente preparados. Um doente a precisar de uma intervenção só recebe assistência mínima, por não existir um espaço para a pequena cirurgia. Como forma de se colmatar a situação, tem vindo a ser considerada a ideia de aquisição de um contentor cirúrgico. Outro problema é a falta de alguns equipamentos no laboratório. No laboratório, o equipamento está inoperante devido à falta de filtro no sistema de tratamento de água. A falta de meios para diagnósticos definitivos obriga ao envio de muitos doentes para o Centro Hospitalar de São Tomé.

A visita terminou quando eram 9 horas e 43 minutos, com a Presidente Filomena Monteiro a proferir palavras de agradecimento e de encorajamento aos profissionais.

De seguida, por volta das 10 horas, a delegação da 5.<sup>a</sup> CEP chegou às instalações da Delegação Regional da Rádio e da TVS, para visita e encontro de trabalho. O delegado regional, Fredibel Umbelina, conduziu os visitantes pelas instalações, percorrendo o departamento administrativo, onde labutam 4 funcionários, em regime de turnos devido à pandemia, o estúdio de gravação que funciona em paralelo com o estúdio de audição e o estúdio de emissão directa, que opera por via Internet. Segundo Fredibel Umbelina, o Secretário de Estado para a Comunicação Social visitou a delegação regional, quando o estúdio de audição ainda se encontrava em fase de montagem, mas a unidade continua a apresentar diversos problemas ao nível informático.

A grelha de programação inclui, entre outros, o programa «Manhã informativa», das 8 às 10 horas, programas interactivos com os ouvintes, às 12 horas, o bloco informativo regional, e às 13 horas o «Jornal das 13», em simultâneo com os estúdios da Avenida Marginal 12 de Julho. Transmitem em duas frequências, 98.0, que abrange toda a cidade de Santo António, e 96.7, que abrange toda a ilha do Príncipe. Fredibel Umbelina

apresentou uma lista de carências: apenas uma câmara, falta de meios de transporte, (têm apenas duas motorizadas), falta de meios informáticos, etc.

Depois da visita guiada, realizou-se um encontro na sala de redacção, no qual a Presidente da Comissão agradeceu a recepção e os membros da delegação se apresentaram. A Presidente fez um relato das actividades já realizadas, fez referência às atribuições da 5.<sup>a</sup> Comissão, informou sobre as auscultações feitas aos Directores dos três órgãos públicos de Comunicação Social e as visitas à Rádio Nacional e à TVS. Seguidamente, perguntou ao delegado regional que passos têm sido dados para superar os problemas existentes e ouviu a sua opinião sobre a elaboração do projecto de lei do álcool. Fredibel Umbelina felicitou a Comissão pela iniciativa e encorajou no sentido de se avançar com a máxima rapidez, tendo ressaltado a necessidade de uma maior ênfase dos órgãos de Comunicação Social a essa problemática.

O Deputado Carlos Pinheiro questionou a relação existente entre a Rádio Nacional e a TVS instado pelo mesmo Deputado a criar programas de educação e sensibilização sobre as causas e consequências do consumo excessivo do álcool, o delegado regional manifestou pronta disponibilidade para tratar essa matéria no espaço «Príncipe Convida.»

Acrescentou ainda que a lei de proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores deve começar a ser tida em conta pelos pais que mandam os filhos comprar bebidas. Informou que com a Direcção Nacional da TVS tem boas relações, quer pessoais quer de trabalho, mas que as coisas já não se passam do mesmo modo com a Direcção da Rádio Nacional. Referiu-se a um diferendo com o actual Director da Rádio Nacional devido à nomeação do novo correspondente, agravado pela expulsão de um funcionário da Rádio Regional das instalações da Rádio Nacional. Fredibel Umbelina informou que a questão já foi abordada com o titular da pasta da Comunicação Social, sem qualquer resultado até o momento da visita. Acrescentou ter sido informado, há cerca de 3 meses, pelo Secretário de Estado para a Comunicação Social, de um *kit* de equipamentos destinado à região, mas que até agora nada receberam. Ao terminar, solicitou ajuda à Comissão no sentido de esta advogar, junto aos responsáveis, a atribuição de, pelo menos, uma viatura à delegação regional.

A Presidente, mais uma vez, agradeceu o acolhimento e, com relação às preocupações levantadas, prometeu agendar uma auscultação ao Secretário de Estado para a Comunicação Social.

Quando eram 11 horas e 23 minutos terminou-se o encontro e a delegação partiu para o encontro-balanço com o Presidente da Assembleia Regional, no qual a Presidente da Comissão manifestou a sua satisfação pelo cumprimento integral do programa, que foi passado em revista. De seguida, a delegação reuniu, na sede do Governo Regional, com o Presidente do Governo, também para um encontro-balanço das actividades. Nesse encontro, a Presidente da 5.<sup>a</sup> Comissão manifestou a sua satisfação pelo cumprimento satisfatório de todo o programa, cujo resumo foi apresentado, e fez menção a um dado estatístico, segundo o qual, 83% da população nacional consome bebidas alcoólicas. O Presidente do Governo Regional agradeceu a Comissão pela visita, disse que «o muito que se tem feito na Região é com poucos recursos que a ilha tem», tendo acrescentado que a autonomia que se busca é para dar margem à Região, na consecução de alguns apoios financeiros, com vista a uma distribuição mais equitativa.

A delegação partiu de regresso à ilha de São Tomé, por volta das 10 horas do dia 2 de Outubro.

Comissão de Género, Família, Coesão Social, Juventude, Desporto e Comunicação Social, em São Tomé, aos 20 de Outubro de 2020.

A Presidente, *Filomena Monteiro*.

O Relator, *Arlindo Carvalho*.

**C/c ao:**

- Presidente do Governo Regional;
- Ministro de Assuntos Parlamentares; e,
- Líderes Parlamentares.

**Resumo, Conclusões e Recomendações do Relatório de Visita da 5.<sup>a</sup> Comissão Especializada à Região Autónoma do Príncipe**

Uma delegação da 5.<sup>a</sup> Comissão Especializada integrada pelas Sras. e Srs. Deputadas/os Filomena Monteiro, Celmira Sacramento, Ayza Fortes da Silva, Domingos Boa Morte, Adelino José da Costa, Arlindo Carvalho, Carlos Pinheiro e a Técnica de Apoio, Linety Paquete Mendes, efectuou uma visita à Região Autónoma do Príncipe, entre os dias 28 de Setembro e 2 de Outubro de 2020, com o objectivo de, após vários encontros e visitas, colher informações pertinentes sobre todas as áreas de competência da referida Comissão, assim como subsídios para a elaboração do projecto de lei do álcool.

A delegação foi chefiada pela Sra. Deputada Filomena Monteiro e, durante a sua estada no Príncipe, encontrou-se com as seguintes individualidades: Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, Membros da 1.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia

Legislativa Regional e o Secretário Regional para os Assuntos Sociais. Tiveram lugar, igualmente, reuniões de trabalho com técnicas do Instituto para a Igualdade e Equidade do Género, do Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica e os representantes das Associações Juvenis.

Foram visitadas as instalações da Assembleia Legislativa Regional, do Comando Regional da Polícia Nacional, do Centro do Dia das Freiras da Sagrada Família e do Lar de Idosos «Casa da Betânia», do Centro Hospitalar Manuel Quaresma Dias da Graça, as delegações regionais da Rádio Nacional (RNSTP) e da Televisão Nacional (TVS), uma infra-estrutura desportiva, bem como a comunidade de Nova Estrela, com a qual se manteve uma conversa franca e aberta sobre a violência doméstica e o impacto do alcoolismo na sociedade, na presença do Presidente do Governo Regional.

Durante os encontros, as lideranças políticas convergiram em sublinhar o impacto da dupla insularidade na economia e nas condições de vida da população da Região, assim como a importância da autonomia, enquanto instrumento para corrigir as desigualdades e garantir uma maior coesão territorial. Falaram sobre as limitações orçamentais como factor dificultador de um maior progresso da ilha. Apontaram as fraquezas do sector judiciário, mormente a ausência de magistrados judiciais e do Ministério Público residentes, como causadoras e agravadoras da impunidade, com reflexos no aumento da incidência dos crimes de violência doméstica e de abuso sexual de menores. Ao nível da Polícia, foram apontadas as limitações orçamentais e as más condições de alojamento e de trabalho dos efectivos, pese embora a decisão já tomada, no sentido de se melhorar as condições laborais dos mesmos.

Relativamente ao consumo excessivo do álcool, numa abordagem preliminar, foi destacada a necessidade de se construir em São Tomé e Príncipe uma sociedade mais saudável e mais competitiva dada a nossa pequenez demográfica. Todos os interlocutores reconheceram o impacto negativo e as consequências nefastas do consumo exagerado do álcool sobre a saúde individual e a conduta dos cidadãos e sublinharam a importância de uma lei que possa regular as condições de produção, da venda e a ética de consumo das bebidas alcoólicas. As opiniões convergiram, na sua grande maioria, sobre a necessidade de salvaguardar a ética no consumo social e recreativo, os bons costumes, educar, prevenir as condutas desviantes. Alguns jovens referiram a participação dos líderes políticos e a influência da família na perpetuação desse comportamento e destacaram a importância de uma abordagem sistémica do assunto nos aspectos que têm a ver com a promoção de formas saudáveis de lazer e ocupação dos tempos livres.

### **Conclusões**

A 5.ª Comissão concluiu que a visita cumpriu os seus objectivos e de acordo às informações recebidas das autoridades regionais regista-se um aumento de casos de violência doméstica, violação de menores, abuso sexual, furto nas parcelas agrícolas e casos de alcoolismo e suas consequências, falta de alguns meios de diagnóstico e serviços de cirurgia.

### **Recomendações**

A 5.ª Comissão recomenda que:

- Acções desta natureza devem ser realizadas mais vezes por esta e outras Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional;
- É pertinente a elaboração e aprovação de uma lei que regule as condições de produção, venda e a ética de consumo de bebidas alcoólicas;
- Haja intercâmbios entre jovens das ilhas, no âmbito cultural, desportivo, estudantil a todos os níveis;
- Sejam melhoradas as condições logísticas e de trabalho ao nível da Polícia Regional e reforçadas as verbas para aquisição de bens alimentares, incluindo a construção de um novo edifício para o Comando Regional da Polícia, de modo que esta exerça a sua actividade com dignidade necessária;
- Sejam criados mecanismos para melhorias de condições para a fixação dos magistrados judiciais e do Ministério Público;
- Sejam finalizadas as obras do bloco operativo do hospital regional e criadas as condições para intervenções cirúrgicas na Região;
- Sejam criados mecanismos para diálogo entre as instituições.

Comissão de Género, Família, Coesão Social, Juventude, Desporto e Comunicação Social, em São Tomé, aos 20 de Outubro de 2020.

A Presidente, *Filomena Monteiro*.

O Relator, *Arlindo Carvalho*.

### **C/c ao:**

- Presidente do Governo Regional;
- Ministro de Assuntos Parlamentares; e,
- Líderes Parlamentares.